TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

GAB. CONS. RONALDO CHADID

DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.RC-5506/2013**
PROCESSO	:	**N.º TC/24601/2012**
PROTOCOLO	:	**N.º 1319262**
ÓRGÃO	:	**FUNDO ESPECIAL P/ INSTALAÇÃO, DESENV. E APERFEIÇOAMENTO DOS JUIZADOS ESP. CÍVEIS E CRIMINAIS**
RESPONSÁVEL	:	**SANTOS & BARBOSA DE SOUZA LTDA**
ASSUNTO	:	**CONTRATO ADMINISTRATIVO**
RELATOR	:	**RONALDO CHADID**
INTERESSADO	:	**SANTOS & BARBOSA DE SOUZA LTDA**

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. CONTRATO ADMINISTRATIVO 01.041/2012. LICITAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO. ATENDIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI N.º 8.666/93 – REGULARIDADE E LEGALIDADE.

Trata-se de contratação pública para o fornecimento de grelina para caixa de contenção de água pluvial, grade em metalon, suporte para ar condicionado, esquadria metálica, portão de abrir e placa de estacionamento para atender os prédios do Poder Judiciário, conforme detalhado no edital (peça virtual nº 2).

A avença pública em exame, celebrada entre o *Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul* e a empresa *Santos e Barbosa de Souza Ltda.*, ambas qualificadas no instrumento acostado na peça nº 9 do processo virtual (Contrato) foi submetida a análise conclusiva pela equipe técnica desta Corte de Contas (ANC-5ICE-15125/2012; peça virtual nº 15) que, após verificar os atos procedimentais do certame e a formalização do instrumento contratual às normas de licitações e contratações públicas, assim como às disposições regimentais pertinentes, manifestou-se favoravelmente à regularidade e legalidade do mencionado termo de contrato.

No mesmo sentido se pronunciou o Ministério Público de Contas, através do *r.* parecer exarado por seu douto representante (PAR n.º 2838/2013 – peça virtual n.º 16), que, considerando o atendimento às disposições legais vi-

gentes, opinou pela declaração de regularidade e legalidade da formalização do contrato n.º 01.041/2012.

É o relatório.

Em exame atento ao que fora colacionado aos autos, e amparado pelas valiosas informações técnicas prestadas pelo núcleo de inspetoria, observo que, tanto o procedimento licitatório quanto o instrumento contratual dele decorrente, foram regularmente elaborados pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, atendendo, dessa forma, as exigências previstas na Lei n.º 8.666/93.

No caso em tela, pois, todas as exigências legais e, sobretudo, os princípios constitucionais pertinentes à matéria foram contemplados, tendo sido a modalidade de licitação corretamente utilizada, qual seja, a do Pregão[1], por se tratar de locação de bem cujo padrão foi objetivamente definido em edital (peça virtual nº 2).

Desta feita, manifesto-me favoravelmente ao certame e ao correspondente Contrato Administrativo nº 01.041/2012, posto que cumpridas as formalidades legais que regem o procedimento escolhido e as regras gerais contidas na Lei de Licitações e Contratos e, sobretudo, os preceitos constitucionais vigentes e os princípios orientadores da gestão pública.

Razões pelas quais, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas (peça virtual nº 16) DECIDO pela **regularidade** e **legalidade** da licitação na modalidade Pregão Presencial (nº 07/2012) bem como do Contrato Administrativo nº 01.041/2012, firmado entre o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e a empresa Santos e Barbosa de Souza Ltda., nos termos dos artigos 1º e 9º da Lei 10.520/2002 e as regras de licitação insertas na Lei 8633/93 e, ainda, com base nas normas internas desta Corte de Contas, em especial o inciso XV do artigo 11 e o inciso V do artigo 12, combinados com o inciso I, 2ª parte, do artigo 312, todos do Regimento Interno (Instrução Normativa 57/2006).

Após remetam-se os autos à 5ª ICE para acompanhamento e análise da execução financeira.

[1] Lei 10.250/2002

É a decisão.

Publique-se.

Campo Grande – MS, 23 de abril de 2013.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

RSB